

Galp autorizada a procurar petróleo no mar do Alentejo

30 de Janeiro, 2017

A petrolífera previa começar a furar em julho de 2016 mas desde setembro que aguardava um parecer para poder avançar, refere hoje o Jornal de Negócios. O Governo defendeu a legalidade da concessão da Galp em comparação com os furos da Repsol e de Sousa Cintra no Algarve.

A Galp obteve luz verde para furar na bacia do Alentejo. A autorização da Direção-geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) estava pendente desde setembro e agora chegou.

O consórcio Eni/Galp tem até 10 de janeiro de 2019 para procurar petróleo a 46,5 quilómetros a oeste de Aljezur. A licença foi emitida no dia 11 de janeiro e conta com a assinatura do diretor-geral Miguel Sequeira. Com esta licença, a Galp tem 60 dias durante os próximos dois anos para efetuar a operação de pesquisa de hidrocarbonetos, que vai ter como base o porto de Sines.

A licença prevê a “sondagem de pesquisa de petróleo no *deep offshore* da bacia do Alentejo – Furo Santolalx -, no âmbito do contrato de concessão de direitos de prospeção, pesquisa, desenvolvimento e produção, celebrado com o Estado português em 2007”, pode ler-se na licença emitida pela DGRM.

A profundidade inicial vai ser de 1,070 metros, e o furo vai ter lugar entre os 2,500 metros e os 3,000 metros. A licença também reserva a possibilidade de interrupção dos trabalhos.

A Eni/Galp tem de enviar à DGRM e À Direção-geral de Autoridade Marítima (DGAM) o cronograma dos trabalhos até 10 dias antes do início da operação para arrancar com a sondagem. A emissão da licença foi revelada pelo Bloco de Esquerda no Parlamento na sexta-feira durante o debate quinzenal com o primeiro-ministro. “Podemos estar perante o primeiro furo realizado em Portugal em mar de alta profundidade para a prospeção de petróleo. As populações levantaram-se contra essa possibilidade e agora soubemos que um diretor-geral de recursos marítimos, mesmo antes de ir embora, emitiu uma licença”, revelou no hemiciclo a líder bloquista, Catarina Martins.

Em resposta, o primeiro-ministro fez questão de distinguir esta concessão de outras concessões que têm levantado polémica. “Não havia incumprimento e o atraso era imputável ao Estado e não ao concessionário. Tivemos de manter a concessão. É o cumprimento do que estava contratado”, respondeu António Costa. No caso das concessões em terra (“*onshore*”) da Portfuel, de Sousa Cintra, existiam “situações de incumprimento” pelo que foi decidido “anular as concessões”, acrescentou.

Em relação à concessão da Repsol/Partex (“*offshore*”), “por incumprimento do concessionário não tinham sido desencadeados procedimentos necessários”, o que levou o Governo a retirar a concessão, explicou o primeiro ministro.

Catarina Martins voltou à carga e sublinhou que é um “erro permitir que se façam estes furos” devido aos riscos ambientais. “Há ainda possibilidade de impedir furos em Aljezur e esse tem de ser o nosso compromisso”, defendeu a líder do Bloco de Esquerda.